

que está pesquisando da Universidade Federal Fluminense, no seu livro importante que é um marco, onde ela vai olhar essa relação com os grupos armados nos diversos territórios, mesmo principalmente como óculos da sua pesquisa o Dendê, ali na ilha, a sua tese que virou livro, *Oração de Traficante*, traz para a gente o quanto essa relação, no Estado do Rio de Janeiro, já notadamente um estado miliciano, com contornos, inclusive, segundo eu gosto sempre de trazer aqui a já falecida, infelizmente, antropóloga Alba Zaluar, contornos que se assemelham às máfias italianas.

Então, nós não estamos diante, simplesmente de um processo. O racismo, no Brasil, ele ganha contornos extremamente perigosos que vão incidir diretamente nessa já fragilizada democracia nos últimos períodos com extrema fissura nos marcos democráticos instituídos pela nossa chamada Constituição Cidadã de 1988 e nessa sociedade fragilizada por uma série de iniquidades que vão se sobrepondo, principalmente a esses grupos.

Precisamos, não só que esta CPI, no seu relatório do nosso relator, Deputado Átala Nunes, mas que nós avancemos num diálogo mais ampliado com setores federais, com o Judiciário. Eu acho que é uma tarefa muito necessária. Nós estamos diante da ruptura do processo do estado laico, da laicidade do estado. Nós estamos diante de uma franca ruptura desse processo. O Dr. Ilan Presser manifesta isso aqui na sua fala a partir da sua experiência no âmbito do Judiciário e também na produção epistemológica, na produção de conhecimento sobre esse tema.

Então, nós estamos já com acúmulo importante de diversos setores, há um risco real e iminente, nós já temos um processo grave porque há um poder midiático muito grande, então é preciso que se faça um debate sobre os setores de mídia das mídias diversas, a quem estão a serviço, se é para de fato veiculação do conteúdo religioso para quem professa a fé nesse setor, ou se servem a outras funções. Eu acho que isso é o caso e eu venho, reiteradamente, fazendo essa menção aqui.

Então, é um poder econômico muito forte, a gente está vendo a própria CPI da Covid com setores do campo evangélico, que é diverso, que é vasto, que é amplo, envolvidos com esse processo também no Brasil. Ou seja, nós estamos diante de uma parte desse fio de um grande novelo.

Deputada Marthá Rocha, Presidenta desta CPI, V.Exa. com a sua experiência também como delegada de polícia, como alguém que tem a capacidade de olhar também em perspectiva nesse sentido, entende a gravidade do que esta CPI não vai conseguir, no seu período que é curtíssimo. Vai ser mais um elemento o nosso relatório, com certeza. Mas nós temos diante de nós um desafio enorme, porque consequentemente é uma disputa de um projeto de poder que coloca em risco todos os setores, não só as religiões de matriz africana; elas são um só ponto nesse grande processo. Claro que são mais aviltadas, sofrem mais porque tem um componente racial nesse sentido e que escancara o racismo e o projeto colonialista que não teve termo quando na data limite para que não houvesse mais a população negra no Brasil que era em 2012.

Infelizmente para esse projeto somos a maior parte da população e devemos, pastor Kleber, já finalizando aqui, Presidenta, a minha fala, garantir essa disputa de narrativa a partir dos preceitos bíblicos, da teologia, da hermenêutica, da exegese bíblica, da descontextualização geográfica que é feita, da descontextualização que se faz em termos das relações sociais daquele ambiente onde a Bíblia foi iniciada na ação e com a oralidade que ela chega impressa até nós. Então, é preciso que as imprecisões sejam denunciadas. É preciso coragem e coragem nós temos.

Então, quero agradecer imensamente pela sua presença e entender que é preciso fazer uma disputa nesse campo porque há também aí, eu não posso deixar de dizer, uma disputa de classe. É uma sociedade oprimida, nesse momento, pela fome e que é cotada pelo discurso da teologia da prosperidade que é uma verdadeira falácia e um problema grave.

Então, eu poderia aqui discorrer sobre inúmeros problemas, questões graves que vão além do racismo religioso, da perseguição a terreiros; há um projeto de poder que coloca em risco todas as pessoas, mas principalmente esse campo, esse contingente populacional.

Então, agradeço imensamente a presença dos convidados e convidadas, e todos que acompanham, aqui entendendo a responsabilidade que temos nesta CPI.

Eu gostaria de sugerir, Deputada Marthá Rocha, que a gente convidasse, eu vejo aqui, não sei se ele continua, o Isaac Porto, do Instituto Internacional Raça e Igualdade e Direitos Humanos, é um instituto internacional e que vem acompanhando, a convite nosso, a CPI, e tem elementos importantes para contribuir nesse processo da CPI da Intolerância para que a gente avance e garanta que esses tratados internacionais e que essas ações possam se efetivar pelo menos aqui no Estado do Rio de Janeiro.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Marthá Rocha) - Deixa eu fazer duas ponderações, Deputada, apenas para contribuir, nós verificamos, por exemplo, a importância do Dossiê Mulher que é, na verdade, o único documento existente disponível nas estruturas do estado que traz o retrato da violência contra a mulher.

Então, o Dossiê Mulher surge em 2005, e ao longo da sua trajetória a gente valoriza e sabe da importância. Isso me fez conversar com a diretora do Instituto de Segurança Pública.

Então, são dois movimentos: um movimento que é o entendimento equivocado que pode acontecer no momento da apreciação do fato, e aí a gente vai discutir isso no âmbito do mundo jurídico, e também, apesar de ter o entendimento correto, não haver ferramentas para que a gente possa catalogar e quantificar esses fatos.

Em razão disso, nós apresentamos lá trás, no início do ano, muito antes aqui da CPI, nós apresentamos um projeto de lei e esse projeto de lei determina a criação de subtítulos que vão facilitar essa coleta de dados.

E acho que um terceiro movimento que a gente tem que fazer, Deputada Mônica, e concordo plenamente é que o resultado desta CPI não seja apenas uma peça de estudo de análise, mas que ganhe a efetividade.

Então, acho que a gente tem contribuído para alguns movimentos a própria Polícia Militar que permite, agora, que o 190 passe a atender a questão de intolerância, racismo e perseguição religiosa; a própria criação através de uma audiência na comissão permanente através de uma audiência que participamos a senhora, a Deputada Dani, o Deputado Minc - que não está conosco, está com problema de saúde - que tratou a criação da Decradí no interior do Estado. Então, sem dúvida nenhuma, eu acho que a gente tem um terceiro round nesse nosso movimento, que é trazer as instituições que serão alcançadas pelas nossas determinações para que dê, aí, efetividade às nossas decisões.

Para já começando aqui para o final, quero registrar que o Dr. Isaac está conosco desde o primeiro momento, salvo engano, foi o primeiro chegar a sua fala, muito obriga. Vamos conversar. Vamos lhe ouvir. Acho que é importante.

Passar, então, para a Deputada Renata Souza, que está indo e voltando em mais de uma reunião, mas para as suas considerações também a Deputada Renata.

A SRA. MÔNICA FRANCISCO - Presidente, só gostaria de pedir desculpas, porque tenho que ir para um compromisso agora.

Muito obrigada. Boa tarde.

A SRA. PRESIDENTE (Marthá Rocha) - Muito obrigada. Pela presença, Deputada.

Deputado Renata Souza, por favor.

A SRA. RENATA SOUZA - Muito obrigada, a nossa Presidenta, Marthá Rocha, que segue aí fazendo uma excelente ação com esta CPI contra a intolerância religiosa. Agradecer a todos os expositores de hoje. É fundamental que a gente possa avolumar o relatório final desta CPI tiver assim escrito pelo Átala...

O SR. ÁTILA NUNES - Renata, Renata, Renata...

A SRA. RENATA SOUZA - Oi, Átala.

O SR. ÁTILA NUNES - Tem aqui uma coisa muito mais importante acho do que esta CPI, que é o seu aniversário. Não é isso?

A SRA. RENATA SOUZA - Ah. (Risos)

O SR. ÁTILA NUNES - É, Marthá, hoje é aniversário da Renata.

A SRA. RENATA SOUZA - Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Marthá Rocha) - Imperdoável esquecer.

Obrigada.

Desculpe, Renata.

O SR. ÁTILA NUNES - Beijo grande, hein, Renata.

A SRA. RENATA SOUZA - Obrigada,

O SR. ÁTILA NUNES - Desculpe interromper. Está bom?

Um beijo.

A SRA. RENATA SOUZA - Pois é.

Obrigada, gente. Obrigada, Átala, por lembrar do meu aniversário. Obrigada, Marthá.

Eu adoro fazer aniversário. Acho que é o momento que todos os desejos que a gente tem para com o outro a gente consegue exaltar e falar o quanto é importante esse carinho de vocês.

Obrigada mesmo.

Eu falei mais cedo que dá um quentinho no coração quando a gente faz aniversário e recebe, aí, as felicitações de amigos, de pessoas queridas.

Obrigada mesmo.

Então, ressaltar aqui a importância dos nossos convidados e convidadas na ampliação aqui do debate contra a intolerância religiosa. Acho que vocês apresentaram aí uma riquíssima explanação. Então, nesse sentido é fundamental para a CPI, mas eu fiz questão de participar, Deputada Marthá Rocha, porque gostaria aqui de relatar a situação de Saquarema. Temos aqui acompanhando a nossa CPI a lá Dolores, que está muito próxima desse debate.

Ontem, com a audiência no fórum de Saquarema sobre esse caso tem um grupo Afro Saqué, que tem denunciado frequentemente as perseguições sofridas pelos povos tradicionais de matriz africana, ali em Saquarema.

Então, esta audiência de ontem foi sobre o caso da Cachoeira Voo Livre, em Sampaio Correia. É historicamente um espaço de culto inclusive de outras denominações religiosas. Um homem vizinho à cachoeira foi responsabilizado por mais de uma dezena de casos de racismo religioso ali contra os praticantes de religiões de matriz africana. Uma dessas vítimas é a Mãe Márcia de Oyá que é praticante da Umbanda, Deputado Átala Nunes, há mais de trinta anos. Ela foi atacada duas vezes pelo mesmo homem que se diz dono da cachoeira. Numa das situações ele ameaçou a Mãe Márcia e outros vinte filhos de santo com um facão riscando o chão, e a chamando de adoradora do diabo e atacando os orixás. Pisou em todas as oferendas. E ainda estava com dois cachorros rottweiler ameaçando a soltar os cães em cima das pessoas.

O segundo ataque que foi presenciado inclusive por funcionários da Prefeitura de Saquarema que faziam a ronda do local, foi com um machado em que o homem ameaçou cortar as mãos da Mãe Márcia caso ela continuasse a visitar o local para expressar ali a sua fé, enfim, e fazer as suas oferendas.

Tanta a Mãe Márcia quanto Pai Sérgio também foram vítimas desse mesmo homem, que ameaçou de novo com um cachorro e com esses objetos cortantes.

Recentemente, um dos acessos a essa cachoeira foi fechado numa intervenção clandestina. No local que também é frequentado por banhistas de grupos evangélicos foram instaladas câmeras e uma placa privada com mensagem de proibição no local de atividades religiosas. Ou seja, o conflito ali é enorme.

Há tempos os religiosos sofrem nesse processo de hostilidade nessa cachoeira. O racismo religioso está muito evidenciado. Há um abaixo-assinado virtual reivindicando a reabertura do local que já reúne uma centena de assinaturas.

Diante disso tudo, Deputada Marthá Rocha, eu gostaria de propor que esta CPI convidasse tanto a Mãe Márcia quanto o Pai Sérgio para que possamos ouvi-los, dar cara, dar uma narrativa sobre esses processos de racismo religioso é fundamental. Precisamos humanizar. Não podem ser só números. Os números já são bem provocantes nesse sentido, mas precisamos dar rosto e voz às vítimas de violência religiosa, de racismo religioso.

Esses casos ocorreram, Deputada Marthá Rocha, ao longo de 2020/2021 com pelo menos seis pessoas que registraram a queixa oficialmente contra esse senhor, mas há relatos de que mais de uma dezena de pessoas de religiões de matriz africana foram atacadas, algumas, inclusive, chegando às vias de fato.

Então, acredito que esses relatos sejam de extrema importância para a construção do nosso relatório final e que vão trazer aí elementos importantes para a nossa (falha na transmissão sonora) ... não só no religioso, mas também para responsabilizar e punir esses algozes, afinal de contas não dá para naturalizar essa violência cotidiana. O aumento no estado do racismo religioso, a perseguição de religiosos e o cerceamento desses cultos religiosos devem ser combatidos com urgência, mas com ações concretas, Deputada Marthá Rocha.

Então, nesse sentido, eu sugiro o convite à Mãe Márcia e ao Pai Sérgio urgentemente para que a gente possa dar voz, dar vez, dar um rosto às vítimas de violência do racismo religioso.

Ressaltar aqui o que a Subsecretária Luciana trouxe aqui sobre a situação da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos. Nós, inclusive, na última semana instalamos o programa de proteção a defensores e defensoras dos direitos humanos, comunicadores e ambientalistas. E aí essa sessão foi muito emocionante, não é, Subsecretária Luciana? A gente tinha relatos de vários quilombolas, caiçaras que sofrem com processo de racismo religioso também. E aí é bom lembrar que esse programa, hoje, tem acolhido muitas das vítimas de racismo religioso no Estado do Rio de Janeiro.

Foi importante a Secretaria se responsabilizar com o aporte de pelo menos R\$ 1 milhão para a execução desse programa. Então, nesse sentido dizer aqui o quanto que é fundamental construir formas e políticas públicas que acolham essas famílias, que acolham o povo de terreiro, porque a violência está muito grande. E esse programa de proteção a defensores de direitos humanos, Deputada Marthá Rocha, diferente do programa de proteção a testemunhas, ele trata de garantir que essas pessoas continuem fazendo a sua função seja enquanto defensores de direitos humanos, comunicador, ambientalista, e que se mantenham no seu território seguras, garantidas pelo Estado.

É um avanço importante na política de rede de proteção. Então, nesse sentido só referendar aqui a importância de hoje a gente conseguir dar concretude a esse programa no Estado do Rio de Janeiro. Ressaltar aqui o nosso (falha na transmissão sonora) ... tradicionais de Saquarema ao povo de terreiro que nós estamos acompanhando bem essa situação absurda e que ocorre na cachoeira.

Então, muito obrigada, Deputada Marthá Rocha.

Sigamos aí na luta.

Obrigada pelas felicitações.

A SRA. PRESIDENTE (Marthá Rocha) - Queria só fazer um registro. Tive a oportunidade de conversar com a Dolores, que me ligou e me narrou exatamente a sua preocupação, o seu entendimento - nós concordamos com isso - de ter a possibilidade de ouvir as duas pessoas que foram vítimas...

Só um minutinho.

O SR. ÁTILA NUNES - Marthá, Marthá, Renata Souza e Marthá Rocha, esse episódio chegou ao nosso conhecimento há umas duas ou três semanas e por uma feliz coincidência - porque a versão era que a Prefeitura tinha colocado uma placa - a Prefeita de lá é amiga do meu filho, que é Vereador aqui da Capital, o Átala Nunes, aí o Átala falou com ela. "Não. De jeito nenhum. Não tem placa." E pá-pá-pá não-sei-o-quê. Mas existe verdadeiramente, como a Renata Souza, disse um imbróglio complicado. A primeira coisa: a cachoeira está no território de quem? Talvez começar por aí. Se for uma área pública, não há o que discutir.

Estou mais aí livrando a cara, Renata, da Prefeita, porque a Prefeita foi extremamente gentil com o meu filho e na mesma hora: "não, não, não, não, não. A minha Prefeitura" e pá-pá-pá, etcetera. Só isso. Só estou fazendo essa ressalva pela Prefeita, que por acaso eu nem conheço. Quem conhece é o meu filho que ligou para ela: o que está havendo aí com os terreiros estão reclamando etc.

Agora, esses dois episódios contados pela Renata são graves, porque ameaça física, não é, Marthá? Só isso para registro, está bem?

A SRA. PRESIDENTE (Marthá Rocha) - Concluindo aqui. Então, já estava no nosso radar efetivamente o convite a essas duas pessoas.

Eu quero, então, comunicar que ainda esta semana nós vamos fazer rapidamente uma reunião por zoom, de meia hora, para aprovar as indicações que foram feitas. O próprio Deputado Átala Nunes fez uma indicação importante. Então, provavelmente, eu vou passar uma mensagem por WhatsApp na quinta-feira. A gente faz em meia hora e aprova todas essas indicações.

Peço aos Deputados que queiram sugerir mais alguém para fazer as suas indicações.

Feitas todas as considerações queria passar inicialmente ao Dr. Ilan Presser para as suas considerações finais. Em seguida ao Pastor Kleber Lucas e, depois, à Secretária. Agradecendo muitíssimo a participação de todos, de todas aqui. A Dra. Luzia Lacerda precisou se ausentar.

Foi muito importante ouvi-los e as ponderações apresentadas aqui são de extrema relevância para a CPI.

Dr. Ilan Presser, por favor.

O SR. ILAN PRESSER - Obrigada, Deputada Marthá Rocha, eu quero dizer que foi uma manhã muito proveitosa, muito agradável. Eu não conhecia antes do convite esse trabalho até por não ser do Rio de Janeiro. Vejo, realmente, um exemplo de como uma CPI deve ser: trabalho com serenidade, com pluralidade chamando pessoas de todas as matizes, com todas as visões, para que coletivamente possam ser construídos o conhecimento e as soluções que daí vêm.

Já diz Pablo Neruda: "Somos livres para fazer escolhas e prisioneiros das consequências daquilo que escolhemos." E aí, realmente, creio que essa foi uma escolha feliz para que possamos ter externalidades positivas e não negativas. Convivência harmoniosa é livre expressão do pensamento sem que o nosso direito possa atingir ou vilipendiar o próximo.

Parabéns à comissão que faz o seu trabalho.

Tenho certeza de que a partir disso bons frutos podem vir. Parabéns também aos demais expositores aí, ao Kleber, ao Átala, ao secretário Quintas. Foi uma honra ter a oportunidade de participar e também agradecer ao William Douglas, que foi o responsável pela indicação, grande amigo e Juiz Federal, Desembargador Federal William Douglas, recentemente promovido. É um juiz que orgulha a magistratura federal. Obrigada, Deputada.

A SRA. PRESIDENTE (Marthá Rocha) - Obrigada, Dr. Ilan. O Desembargador William Douglas que um dia foi Delegado de Polícia William Douglas, né. É muito querido por todos nós.

Pastor Kleber Lucas, agradecendo dizendo da minha alegria de lhe conhecer. Eu só lhe conhecia porque lhe ouvia quando cantava "Deus Cuida de Mim". Então, só lhe conhecia pela voz, não lhe conhecia pessoalmente, foi muito bom ouvi-lo nessa manhã com esse seu relato pessoal e com essa sua análise tão pertinente de que o silêncio é político. Foi grandioso para nós poder ouvi-lo. Para suas considerações finais por favor.

O SR. KLEBER LUCAS - Muito obrigado, Deputada Marthá Rocha. Quero agradecer muito a oportunidade de fala, de escuta também, acho que foi uma manhã muito profícua nesse sentido, de falar e expressar que nem todo mundo, nem toda liderança evangélica é intolerante ou é a favor, e aquelas que são contra a intolerância, contra esse vento de ódio, que se posiciona publicamente porque nós temos responsabilidade muito grande diante desse ambiente que é promovido inclusive politicamente no Brasil.

E me preocupa muito como que mensagens hostis têm sido disseminadas ao longo desses últimos dias, sobre a próxima semana e lideranças falando sobre: eu estou disposto a matar e morrer, isso é muito complexo, é muito perigoso, e eu sei que nem toda liderança compactua com isso e aquelas que não compactuam precisam se posicionar publicamente porque gente do ódio está se posicionando publicamente, estão dizendo a que vieram.

Então, queria agradecer a oportunidade de falar também, de ouvir e perceber as similaridades, as convergências que são possíveis nesse tempo tão desafiador.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marthá Rocha) - Obrigada, pastor Kleber. Pela Secretária, não sei se o secretário ainda está conosco. Pois não, Secretário.

O SR. MATHEUS QUINTAL DE SOUZA RIBEIRO - Agradeço a participação, Presidente Marthá, Deputada. E quero deixar a Secretaria sempre à disposição dessa Casa que tem sido parceira das nossas Secretarias, em especial a senhora com todo carinho e todo o acolhimento que tem tido conosco no Instagram, sempre com pautas positivas. Que possamos também contribuir com esse debate, e para suprimir essa questão da violência, enfim, da intolerância religiosa que vivemos no dia de hoje.

Obrigado pela participação, pelo espaço, e colocar sempre a Secretaria e também a Subsecretaria de Direitos Humanos à disposição sempre. Obrigada, que possamos ter um dia abençoado.

A SRA. PRESIDENTE (Marthá Rocha) - Obrigada, Secretário Matheus Quintal. E registrar a sua constante disponibilidade para ouvir aqui os questionamentos do Parlamento e buscar soluções. Acho que isso que é o importante.

Então, agradecendo à Dra. Luciana Calaça, à professora Ana Paula Miranda, à professora Lana Lage, ao Marcelo Monteiro, ao Isaac Porto, agradecendo também à Dolores Lima, à nossa querida Diane Kuperman, que sempre nos apresenta alguma questão também na sua participação, e, ainda, agradecendo a todos os palestrantes, desejo uma boa tarde a todas e todos que nos acompanharam.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente audiência.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI, DESTINADA A APURAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DOS CASOS DE INTOLERÂNCIA RELIGIOSA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. (RESOLUÇÃO Nº 382/2021)

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de setembro de dois mil e vinte e um, às treze horas e trinta minutos, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito em epígrafe, instituída pela Resolução nº 382/2021, para a realização da 11ª Reunião Ordinária, através de videoconferência, (via Plataforma Zoom), conforme estabelece o art. 6º do Ato "N"/MD/Nº 651/2020, publicado em 13 junho de 2020, sob a Presidência da Senhora Deputada Marthá Rocha, com as presenças dos Senhores Deputados, Tia Ju - Vice-Presidente, Átala Nunes - Relator, Noel De Carvalho e Waldeck Carneiro, membros efetivos e da Senhora Deputada Adriana Balthazar, membro suplente da Comissão. Abertos os trabalhos, a Senhora Presidente informou aos seus pares que o objetivo da presente reunião era deliberar os nomes dos Senhores Sérgio Camargo - Presidente da Fundação Cultural Palmares, Dr. Alexandre Valle - Secretário de Estado de Educação do Rio de Janeiro, Ogá Sérgio Araújo e Mãe Márcia D'Oyá, indicados pelos senhores membros da Comissão para as próximas oitivas da Comissão. Passada a palavra ao Senhor Deputado Átala Nunes, o mesmo ponderou se a CPI teria competência para convocar um funcionário da esfera federal. Retomando a palavra, a Senhora Presidente mencionou que consultaria à Procuradoria da Alerj sobre o tema, mas que colocaria em votação a vinda do mesmo. Após, a Senhora Presidente colocou em discussão e votação os nomes sugeridos para as oitivas, tendo sido os mesmos aprovados por unanimidade. Continuando os trabalhos, a Senhora Presidente colocou em discussão o nome do Pastor Tupirani para ser ouvido na Comissão. Passada a palavra ao Senhor Deputado Átala Nunes, o mesmo mencionou que votaria contra a proposta pois o mesmo não mereceu um espaço para se manifestar na Comissão. O que foi ratificado pela Senhora Presidente e pelos Senhores Deputados Noel de Carvalho e Waldeck Carneiro. Passada a palavra a Senhora Deputada TIA JU, a mesma relatou que o Pastor Tupirani deveria ser ouvido na Comissão para prestar esclarecimentos. Em seguida, a Senhora Presidente mencionou que faria uma análise sobre o assunto e que colocaria em pauta em outra ocasião a convocação do mesmo. O que foi aceito pelos membros presentes. Após, a Senhora Presidente solicitou à Secretaria da Comissão que fosse disponibilizado para todos os integrantes da Comissão, o Plano de Trabalho da Comissão atualizado. A seguir, a Senhora Presidente registrou os votos favoráveis dos Senhores Deputados Carlos Minc e Mônica Francisco. Nada mais havendo a tratar, e como ninguém quisesse fazer uso da palavra, a Senhora Presidente agradeceu a participação e o esforço de todos e deu por encerrada a presente Reunião, da qual, para constar, eu, Orlando de Souza Santos Junior, Secretário "ad hoc" da Comissão, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pela Senhora Presidente. Sala das Comissões (plataforma digital), em dois de setembro de 2021. (a) Orlando de S. S. Junior - Secretário "ad hoc"; (a) Deputada MARTHA ROCHA - Presidente